

Sumário

Prefácio

Trabalhadores e favelados: Marcelo Badaró Mattos | 11

Introdução

De ontem a hoje ou de hoje a ontem? A pesquisa histórica no contínuo temporal | 17

Estado, favela e organização do espaço urbano no Rio de Janeiro atual | 18

Construção das hipóteses de trabalho | 21

Organização dos capítulos | 24

Fontes empregadas | 25

Favelas e favelados no Rio de Janeiro da República Populista | 29

Transformações econômicas, reestruturação urbana e crise habitacional | 29

A expansão das favelas cariocas no pós-1930 | 40

Os favelados no pensamento social brasileiro: em busca de uma categorização adequada | 50

Explorando as sendas mais profícuas: os favelados como trabalhadores | 71

A União dos Trabalhadores Favelados | 89

Uma nova etapa do movimento dos favelados | 89

O acúmulo de experiências de luta anterior à UTF | 96

A fundação da UTF: das lutas contra a expropriação à constituição de uma solidariedade interfavelas | 101

A capilarização da UTF no cotidiano das favelas | 107

A articulação dos trabalhadores favelados com a totalidade do proletariado | 119

A presença de elementos mediadores do desenvolvimento da consciência de classe: intelectual orgânico e partido político | 134

Os contornos socioespaciais da consciência de classe | 147

O I Congresso dos Trabalhadores Favelados e a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Rio de Janeiro | 155

O PTB entra em cena | 155

- A construção da legitimidade da atuação do PTB | 159
- O I Congresso dos Trabalhadores Favelados: inflexão no movimento dos favelados | 165
- A fundação da Coligação dos Trabalhadores Favelados: oficialização da conexão com o Ministério do Trabalho | 170
- O rápido esvaziamento da Coligação dos Trabalhadores Favelados | 176
- O PTB e os novos caminhos abertos para o movimento dos favelados | 185

As políticas públicas de controle dos favelados | 191

- Escovando o Estado a contrapelo | 191
- Do controle autoritário ao controle negociado | 193
- Os anos 1950: primeiros ajustes no sistema de controle negociado | 202
- Os anos 1950: formulação de alternativas | 216
- A primeira etapa do governo Lacerda na Guanabara: o Estado como responsável direto pelo controle negociado | 223
- O caso da Maré: competição política ou fragmentação da organização da classe trabalhadora? | 233
- A demissão de José Arthur Rios: início da segunda etapa do governo Carlos Lacerda | 253
- Evolução e sentido do sistema de controle negociado | 263

Considerações finais

Sobre encruzilhadas históricas | 269

Referências | 277

Agradecimentos | 295

Prefácio

Trabalhadores e favelados

Nas estatísticas oficiais produzidas pelo IBGE, as favelas são nomeadas “aglomerados subnormais”, “nomenclatura que engloba os diversos tipos de assentamentos irregulares existentes no País”.¹ Os correios recusam-se a entregar encomendas em várias favelas, classificando-as como “áreas com restrição de entrega”, ou mais popularmente “áreas de risco”.² O que fazer para resolver o problema desses aglomerados de risco? Em pleno século XXI, um dos principais executivos da área de jornalismo do maior conglomerado empresarial de mídia no país, sintetizando a proposta de sua empresa, prescrevia as remoções – rebatizadas de “assentamentos”.³ Porém, enquanto os “aglomerados subnormais” resistem de pé, é preciso controlar o “risco” dessas áreas. Não precisamos ir além do noticiário para entender como.

Após uma ação conjunta com a Polícia Civil carioca para executar um mandado de prisão que resultou em cinco mortes na favela de Acari, em 4 de abril deste ano de 2016, a Polícia Federal justificou em nota o porquê da forma violenta da ação conjunta: a “diligência ocorreu na comunidade de Acari, área conflagrada”.⁴

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Agglomerados subnormais*: informações territoriais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm>. Acesso em: 8 set. 2011.

² CORREIOS. Áreas com restrição de entrega domiciliar. Disponível em: <<http://correios.com.br/para-voce/correios-de-a-a-z/areas-com-restricao-de-entrega-domiciliar>>. Acesso em: 20 maio 2012.

³ KAMEL, Ali. Lacerda e Brizola. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 jun. 2004.

⁴ CINCO morrem em ação da polícia federal na favela de Acari. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/04/04/cinco-morrem-em-acao-da-policia-federal-na-favela-de-acari.htm>>. Acesso em: 7 maio 2016.

Em um site de notícias ligado a um jornal de grande circulação, nessa como em tantas outras vezes, aquelas cinco pessoas foram tratadas como “cinco suspeitos mortos”.⁵ Restou aos moradores que testemunharam o ocorrido divulgarem, através das redes sociais, a imagem do crachá de um dos assassinados, que o identificava como funcionário de um hospital da região.⁶

Os estigmas não são de fabricação recente. Ainda na Primeira República, as favelas cariocas foram classificadas pela imprensa da época como “aldeias do mal”, “o esconderijo da gente disposta a matar, por qualquer motivo, ou, até mesmo, sem motivo algum”.⁷ A consequência direta dessa caracterização era um dupla receita prescrita para o tratamento das favelas: presença sistemática da polícia para reprimir aquela “gente disposta a matar” e a remoção daquelas moradias das áreas então ocupadas no Centro da cidade.

No primeiro levantamento censitário destinado exclusivamente às favelas do Distrito Federal, produzido em 1948, elas foram classificadas como um “palpitante problema econômico social para a administração pública”. A solução principal preconizada naquele documento continuava a ser “extinguir as favelas ou pelo menos sustar o seu desenvolvimento no Distrito Federal”.⁸

Este livro refere-se a um período da história do Brasil, e especialmente da cidade do Rio de Janeiro, em que a favela foi tratada como um problema palpitante e as receitas da remoção e da repressão policial fizeram parte do “remédio” aplicado ao problema. Ele descortina, porém, outras situações. A partir de um uso crítico e criativo da literatura especializada referente às favelas, de uma análise rigorosa dos documentos de época e de

⁵ BARREIRA, Gabriel. Operação em Acari, no Rio, deixa 5 suspeitos mortos, diz polícia. *G1 Rio*, Rio de Janeiro, 4 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/operacao-em-acari-no-rio-deixa-5-suspeitos-mortos-diz-policia.html>>. Acesso em: 7 maio 2016.

⁶ CINCO morrem em ação da polícia federal na favela de Acari. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/04/04/cinco-morrem-em-acao-da-policia-federal-na-favela-de-acari.htm>>. Acesso em: 7 maio 2016.

⁷ MATTOS, Rômulo C. Aldeias do mal. *Revista de História.com.br*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/aldeias-do-mal>>. Acesso em: 31 out. 2007.

⁸ RIO DE JANEIRO (DISTRITO FEDERAL) PREFEITURA. *Censo das favelas: aspectos gerais*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Estatísticas, 1949. p. 5.

um sólido manejo de conceitos e referências teóricas, Marco Pestana explica como as formas de dominação exercitadas durante o período aberto pela redemocratização de 1946 e encerrado pelo golpe de 1964 incluíram um “controle negociado” (seguindo Luiz Antonio Machado) das favelas e seus habitantes. Nesse modelo, a solução remocionista, embora sempre pairando como ameaça e em vários momentos sendo efetivamente exercitada, não foi dominante.

Entre os pontos fortes da análise empreendida pelo autor está sua tentativa de entender as variações daquelas estratégias negociadas de tratamento do “palpitante problema” das favelas. Diferentes representações políticas das classes dominantes exercitaram diversas formas de controle do crescimento acelerado das favelas e do número de seus moradores. Formas denominadas por Pestana de *organização limitada pelo Estado*, *organização estatal-assistencialista*, *organização fragmentada pelo Estado*, que seriam finalmente substituídas, no início dos anos 1960, pela estratégia de *desorganização* dos favelados que acompanhou a opção preferencial pelas remoções. Em todos os casos, e nisso reside outro ponto forte da análise apresentada neste livro, as políticas estatais para as favelas cariocas corresponderam a respostas ao fato de que, em sua insistência por residir próximo aos locais de trabalho, os moradores das favelas as transformavam em uma “ferramenta de luta pelo direito à cidade” (e aqui Pestana segue as indicações de Marcelo Burgos).

Cabe ressaltar o esforço bem sucedido do autor em apresentar uma leitura original da dinâmica do “controle negociado” dessa “ferramenta de luta”. Em sua tentativa de superar as análises que associam tais estratégias negociadas de controle do “problema” das favelas, fundamentalmente, a uma dinâmica política clientelística que reservava aos moradores de favelas apenas o papel de eleitores satisfeitos com a troca da bica pelo voto, Pestana recupera experiências de organização autônoma e luta coletiva daqueles moradores. As diferentes estratégias de controle responderam, portanto, à ação coletiva organizada dos moradores de favela, neste livro entendidos como sujeitos sociais e políticos e não como “clientela”.

Mas quem eram tais sujeitos? O exame de recenseamentos produzidos pela Prefeitura do Distrito Federal e pelo IBGE, entre 1947/48 e 1960, permite ao autor fugir à ideia de que nas favelas concentrava-se uma população marginalizada – quer na definição de parte das ciências sociais de uma parcela da população à margem do mercado de trabalho, quer no entendimento do senso comum que associa o termo ao desvio criminal. Pelo contrário, as estatísticas demográficas respaldam a caracterização do autor de que, objetivamente, os moradores das favelas pertenciam, em sua imensa maioria, às “faixas mais pauperizadas da classe trabalhadora carioca, fosse em sua parcela assalariada, ou por meio de outras relações de trabalho”.

Apoiando-se na crítica da economia política desenvolvida por Marx em *O capital*, Marco Pestana define a classe trabalhadora a partir da “condição estrutural na qual os indivíduos se veem inseridos, marcada pela ausência de propriedade dos meios de produção e pela necessidade da venda da força de trabalho.” Segundo essa definição, pouco importa, para o autor, “se essa venda se concretizaria por meio de um assalariamento regular, ou de forma esporádica para distintos e ocasionais patrões”.

O entendimento, baseado em dados empíricos e debates conceituais, dos moradores de favelas como – objetivamente – parte da classe trabalhadora carioca, entretanto, não constitui condição suficiente para a compreensão de seu papel como sujeito coletivo na conjuntura histórica abordada neste livro. Há um outro elemento central da argumentação aqui desenvolvida e que confere ainda maior relevância e originalidade ao trabalho. Refiro-me à análise da trajetória da União dos Trabalhadores Favelados (UTF).

Criada em 1954, a entidade sobreviveu até 1964 organizando moradores e coordenando lutas entre dezenas de favelas cariocas. Já na escolha do nome daquela entidade transparece um esforço de autoidentificação dos moradores de favelas como parte da classe trabalhadora, indo além de sua situação objetiva – reconhecida pelos dados censitários. Trata-se, afinal, da contribuição efetiva daqueles trabalhadores favelados ao processo de constituição de uma consciência de classe que, nas palavras de Pestana,

constitui-se em “um processo multifacetado, que ocorre simultaneamente nos diversos espaços em que a dominação de classes é sentida (no trabalho, na moradia, no local de lazer etc.)”

Examinando não apenas os discursos de autoidentificação, mas, sobretudo, as lutas concretas levadas adiante através da UTF naquela década, o autor percebe sua potencialidade política na organização da ação direta daqueles trabalhadores, dispensando em vários momentos a intermediação dos representantes políticos das classes dominantes e influenciando de fato as políticas públicas que, em resposta, diversas instituições estatais acabaram por desenvolver. A União possibilitou também, em algumas favelas específicas, a autogestão do espaço urbano, resolvendo coletivamente e independentemente do Estado parte dos problemas da vida naquelas localidades. Além disso, esboçou-se ainda, em determinadas situações de defesa do direito dos trabalhadores à ocupação não especulativa do espaço urbano naquelas localidades, um questionamento concreto às mediações mercantis características da forma capitalista de propriedade privada do solo urbano.

Por fim, a análise histórica desenvolvida neste livro também demonstra que, sendo o trânsito entre o cotidiano de moradia nas favelas e o do trabalho para outrem em diferentes espaços da cidade uma parte da experiência cotidiana daqueles sujeitos coletivos, a contundência de suas formas de intervenção foi tão mais efetiva “quanto mais profundos foram seus vínculos com outras parcelas e organizações da classe trabalhadora”.

Na “encruzilhada histórica”, para empregar uma expressão do gosto do autor, em que hoje nos encontramos, na qual salta aos olhos o potencial explosivo das condições de vida da maioria da população nas imensas megalópoles da periferia global, este livro tem muito a nos dizer. Diante desse quadro, a ação do Estado no meio urbano continua a responder ao duplo e combinado objetivo de valorização do capital e garantia de reprodução e fornecimento da força de trabalho necessária para tal valorização.

A renda da terra na modalidade urbana, potencializada pela gestão financeirizada característica das “cidades globais” de nossos dias, tem ocupado um papel cada vez mais central na busca do capital por compensar a tendência de queda na taxa de

lucro que as últimas manifestações das crises econômicas sistêmicas só fizeram confirmar em escala internacional. Por outro lado, o contínuo processo de expropriação continua a produzir novos e imensos contingentes de proletários do mundo que se concentram em cidades – afinal, foi somente entre 2007 e 2008 que a população residente em cidades ultrapassou a que morava em zonas rurais no mundo. Nesses espaços, a acumulação continua a engendrar uma “dinâmica populacional especificamente capitalista, em que, tendencialmente, seriam produzidos mais trabalhadores do que postos de trabalho na produção, gerando uma *superpopulação relativa*”, conforme nota Pestana, seguindo a referência de Marx. Uma superpopulação relativa que não encontra dificuldades apenas para encontrar empregos em que possa vender sua força de trabalho, mas, por isso mesmo, encontra também dificuldades cada vez maiores de manter sua própria reprodução, o que inclui a questão da moradia nas cidades.

Combinados os dois processos, temos uma exacerbação contínua das contradições urbanas, para as quais o Estado já não consegue produzir respostas, apesar do grau absurdamente elevado de investimento na saída repressiva – do qual a ocupação policial-militar permanente das favelas cariocas é o melhor exemplo.

A elaboração de respostas alternativas a essas contradições não depende de planejadores ou administradores urbanos mais “eficientes” e jamais poderá ser formulada sem um horizonte de superação sistêmico mais amplo. O sujeito capaz de formular tais respostas alternativas e mobilizar as forças para sua efetivação é recorrentemente organizado e desorganizado em meio ao conflito entre a classe trabalhadora e seus antagonistas sociais. A experiência recuperada neste livro, na qual se destaca o papel desempenhado pela União dos Trabalhadores Favelados nas lutas urbanas do Rio de Janeiro dos anos 1950 e 1960, pode ressoar como um eco do passado a inspirar novas experiências de organização e luta aos trabalhadores favelados de hoje, para os quais a construção de um futuro radicalmente diferente é uma questão de vida ou morte. Essa afirmativa, infelizmente, não é um recurso de retórica.

Marcelo Badaró Mattos